

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.952 - CE (2019/0302314-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : LUIS CARLOS MONTEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO : MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL - CE020145**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por LUIS CARLOS MONTEIRO DA SILVA contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará, assim ementado (fls. 90-91):

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. HABITUALIDADE NA TRAFICÂNCIA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. NULIDADE QUANTO A CONDENAÇÃO PELO DELITO DE RECEPÇÃO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NECESSIDADE DE ABSOLVIÇÃO DO RÉU QUANTO AO CRIME DO ART. 180 DO CÓDIGO PENAL. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Aponta o impetrante ilegalidade da prisão em decorrência de ausência de fundamentação na sentença para manter no cárcere o paciente, bem como a nulidade da sentença quanto a condenação pelo delito previsto no art. 180 do CPB.

2. Em análise aos argumentos utilizados na sentença condenatória para manter a prisão cautelar, numa análise rasa, típica de *habeas corpus*, constata-se que o ergástulo foi decretado e mantido sob a égide da garantia da ordem pública ameaçada em razão da periculosidade do paciente, manifestada no risco concreto de reiteração delitiva e alicerçada na aparente renitência na prática delitiva, uma vez que segundo o Juiz há demonstração de que o paciente exerce o tráfico de drogas de forma habitual e reiteradamente na Comarca, circunstância que justifica a imposição da medida extrema, sendo este fundamento idôneo para justificar a prisão cautelar estando a decisão devidamente fundamentada no caso concreto.

3. Desta forma as razões utilizadas para fundamentar a prisão preventiva estão a indicar que as medidas cautelares diversas da prisão seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos delitos, motivo pelo qual a segregação deve ser mantida.

4. Quanto ao argumento de nulidade da sentença quanto a condenação do paciente pelo delito previsto no art. 180 do CPB, verifica-se que razão assiste ao paciente, uma vez que tal delito não foi recepcionado por ocasião do recebimento da denúncia, tendo sido rejeitado, não podendo, desta forma, o paciente ser condenado por tal delito em violação ao princípio da correlação.

5. Nesta esteira, entendo que o magistrado de piso, ao condenar o réu por fato não contemplado no recebimento da denúncia (receptação) incorreu em violação aos princípios da congruência, ampla defesa e contraditório, pois impôs sanção ao acusado por fato sobre o qual este não pôde se defender. Assim, medida que se impõe é a nulidade da condenação apenas quanto ao delito previsto no art. 180 CPB, e por conseguinte a absolvição do réu quanto a prática deste delito, permanecendo incólumes os demais dispositivos da sentença condenatória.

6. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado como incurso no crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo sido negado o direito de recorrer em liberdade.

No recurso é sustentado, em síntese, que a sentença é desprovida de fundamentação válida na parte em que não concede o direito de recorrer em liberdade. Aduz-se, ainda, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

O recorrente alega ostentar condições pessoais favoráveis, tendo domicílio certo e atividade laborativa.

Requer a concessão da ordem constitucional para se garantir ao recorrente o direito de apelar em liberdade ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida (fls. 115/118).

As informações foram prestadas (fls. 121/125 e 126/131).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do recurso (fls. 135/137).

Na origem, o processo n. 0000138-55.2018.8.06.0078 encontra-se com o recurso eletrônico de apelação ao Tribunal de Justiça, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* da Corte *a quo*, consultadas em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da sentença, na parte que dispõe sobre a manutenção da prisão do réu (fl. 56):

[...].

Por força do § 1º do art. 387 do CPP, vemos através da análise dos fatos que a manutenção da prisão do Réu continua sendo imprescindível para a manutenção da ordem pública. Foi demonstrado que o Réu exerce o tráfico de drogas com

habitualidade nesta comarca e que, **após o crime, uma das vítimas foi ameaçada por um de seus comparsas, demonstrando, durante a audiência, receio de sofrer algum mau por testemunhar sobre os acontecimentos.** Tais fatos demonstram a potencial desestabilização social que a liberdade do Réu provocará na comunidade onde reside, caso seja solto. **Ademais, a manutenção da prisão é necessária para evitar a reiteração do crime, uma vez habitual e reiteradamente o Réu pratica o tráfico de drogas na região, inclusive na Praia de Pontal do Maceió, causando depreciação e descrédito do local junto aos turistas.** [...].

Como se vê, o decreto de prisão apresenta fundamento considerado válido, consubstanciado na ameaça à uma das vítimas após o crime, que se sentiu receosa em testemunhar sobre os acontecimentos, bem como na reiteração delitiva, pois *habitual e reiteradamente o Réu pratica o tráfico de drogas na região, inclusive na Praia de Pontal do Maceió.*

Consigne-se que esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão das ameaças dirigidas às testemunhas, vítimas ou outras pessoas chamadas ao processo, nesse sentido: RHC 68.460/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016; HC 345.657/ES, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 19/04/2016; RHC 57.614/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016; RHC 67.170/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 17/03/2016; HC 346.926/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016

Esta Corte tem compreendido também que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator